

movimentos do Município de Carlos Barbosa junto à Administração Municipal, para realizar uma Audiência Pública para falar sobre a Ampliação do Centro Urbano de Carlos Barbosa - CUB. O objetivo do encontro é apresentar aos presentes uma proposta para corrigir regras e índices, com o objetivo de manter a padronização urbana e proporcionar um desenvolvimento adequado ao Município. Dando início à Audiência o Secretário Fábio Fiorotto soube os presentes. Fábio explicou a proposta de ampliação do Centro Urbano. Fábio explicou a padronização referente as construções consolidadas perante as novas. Adequar regras e índices como a taxa de ocupação, índice de aproveitamento e recuo. Extensão da área central que abrange o Posto de Saúde, Fórum Municipal, Promotoria de Justiça, futura sede do Poder Legislativo Municipal, além de comércio, hotéis e outros. Fábio apresentou o atual centro urbano e explicou sobre a área que será expandida. A área abrangida contém 46.288,85 m². Fábio explicou que o estudo feito foi entre os limites dos lotes para padronizar. Nada mais havendo a constar, passou a presente ato que será assinado pelos presentes. Antônio Mendes Jr.

[Assinaturas]

Ata nº 016/2016

Atos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às dezesseis horas, no Cine Sodal, Município de Carlos Barbosa, reuniu-se a comunidade localmente, representantes de entidades e associações, moradores e demais representantes para a realização do Fórum Municipal da 6ª (Sexta) Conferência Nacional das Cidades, com o tema "A Função Social da Cidade e da Propriedade". Dando início a Conferência, o Prefeito Fernando Xavier da Silva deu as boas vindas aos presentes, juntamente com o Presidente do Legislativo Municipal, Wanderson Reijer, a Sincronia da Habitação e Presidente do Conselho da Cidade Elaine Lagunoz. Após o hino nacional, promoveu-se uma sessão para ouvir os pedidos dos participantes. Após o hino nacional, promoveu-se a abertura da sessão com o hino da cidade e o lema "Cidade Melhorada".

a função social da propriedade, mencionando como exemplo uma favela do Rio de Janeiro, que claramente demonstra a falta de planejamento e falta de função social tanto da cidade, quanto da propriedade, ressaltando que a função social da propriedade é definida pelo Plano Diretor. Adm destacou que a cidade também tem um papel ambiental, destacando que existe um ambiente natural e um artificial. Adm ressaltou que São Paulo não possui água potável para beber de torneiras, Adm mencionou que atualmente não temos uma relação de respeito com a natureza, que a terra é tratada como um objeto, que temos a "maneira" de olhar o meio ambiente dos outros países. Adm citou o Urbanismo destacando que o ser humano é semelhante a qualquer outro tipo de vida. Nos grandes países os países vivem melhor, pois não preservam o meio ambiente. Adm citou o Ecodev, destacando que temos que preservar as paisagens e a natureza. Adm mencionou que a cidade é uma criação cultural do homem, Adm destacou que quem tem que cuidar do meio ambiente e da cidade não é somente o prefeito, mas sim junto com a população, modificando os hábitos. Adm concluiu dizendo que as cidades devem ter um planejamento sustentável. A palestrante Kairi Quiri deu os três pontos do presente e ressaltou que a cidade que nós queremos deve estar vinculada à qualidade de vida que temos, é preciso pensar não que se quer para o futuro da cidade. Kairi mencionou que temos que construir um plano Diretor baseado nos municípios, porém sempre respeitando a economia do município. Kairi destacou que o Plano Diretor vai definir toda esta questão de planejamento. Kairi destacou que o ponto principal a ser analisado na realização de revisão do plano Diretor é o desenvolvimento da sustentabilidade. Kairi finalizou sua fala fazendo algumas questões iniciais à todos presentes, questionando a plateia em que pontos podemos auxiliar a comunidade em melhorar os espaços públicos. A palestrante Cláris, deu os três pontos do presente e destacou que o Estado moderno é burocrático e que busca a simplificação dos problemas que temos hoje, questionando a função do Estado, pois temos que ampliar mais a participação da comunidade. Cláris destacou que a cidade tem a função de definir o plano e a função social da proprie-

dad. Não explicita que a função social vai além de políticas que a legislação impõe, que vai envolver a qualidade de vida nos locais, temas que discutiremos e cidades que queremos. Ele também menciona que o planejamento urbano deve ser formado a partir de um conjunto de ações. Na segunda parte da conferência, no que se refere ao Código de Obras, Dayson Souto, como mediador, abriu o debate, questionando inicialmente, Fernando Xavier de Silva, sobre a alteração do Código de Obras resolve os problemas do Município. Xavier disse que não, pois o Código por si só não prevê as mudanças necessárias, mas sim sobre a participação de todos. Juliano Beltrami destacou que o Código de Obras é um dos instrumentos que vai atender aos problemas do município, sendo que é muito importante que a atualização do Código venha junto com a função social. Juliano acredita que as duas partes devem ser discutidas através da discussão entre o proprietário e o Governo. Xavier destacou novamente que a qualidade de vida depende de uma ação coletiva. Xavier mencionou que o plano diretor não tem força de lei, pois quando foi feito o levantamento não foi levado em conta, então na atualidade é fundamental compreender que a qualidade de vida é importante no projeto. Xavier destacou que em Belo Horizonte ainda não implementamos o IPTU progressivo, destacando que temos que nos preparar para como será o Município daqui a vinte anos. Destacou que o Estatuto da Cidade precisa ser melhor elaborado, pois que todas as leis que não estão sendo utilizadas venham ter uma destinação adequada. Juliano disse que quando falarmos com a propriedade temos que utilizar a legislação pertinente, dizendo que o futuro não é muito mais não entendem a questão da função social. Juliano destacou que as ações para a alteração devem ser estudadas de forma coletiva. Mencionou que os países estão os países ficando mais conscientes sobre a questão da regulamentação quanto ao meio ambiente. Xavier destacou novamente que o governo tem a função de cumprir o que estabelece a legislação, bem como as cidades. Xavier ressaltou que é a falta de todas as medidas que podem fazer para melhorar o meio físico. Xavier destacou que o Governo tem a função de manter níveis, tanto que seja

niza componentes de regulamentação e execução de legislação. Não mencionou que o Município ainda utiliza mais componentes neste sentido. Não disse que os mesmos estejam em processo e agir com digital. Juliana destacou que a fiscalização do cumprimento das regras é fundamental e deve ser realizada quanto estas regras ainda podem ser utilizadas, sempre deve ser realizada uma avaliação para sempre e desenvolvimento. Juliana destacou que as exigências do Código de Obras, em algum de seus artigos não correspondem à realidade. Juliana mencionou questões que não são mais cobradas nas construções atuais, sendo que o Município não menciona se emenda em alguns artigos que são particulares de mercado, como os tombamentos dos edifícios e divisões. Não disse que o grande gargalo do Código de Obras é a multiplicidade, que permite várias interpretações, e que isso que o próximo passo ser mais digital. Não mencionou as premiações do Município no IDESE. Não destacou que estava trabalhando para que a operação de projeto pudesse ser feita online. Após o término do debate, a condução ficou por conta de Rodrigo Studioski, que explicou como se procedeu a continuidade da Conferência, Rodrigo explicou a elaboração do Bando de Licitação e Licitação Alfa, e que isso favorece quem para as mesmas condições. Rodrigo questionou a plateia se havia algum questionamento ao projeto para os municípios. Um participante questionou se existe a possibilidade de criar o Comitê interno do município. O professor Adis destacou que esta é uma questão de mediabilidade e planejamento. A cidade deve ser desburocratizada de um único centro. Adis destacou que o planejamento deve tomar em conta vários aspectos. Outro participante questionou a questão do último, de onde em geral, não tem um espaço para prática esportiva, tem previsão de construção de algum tipo de espaço. Um participante questionou se os municípios estão de acordo de cumprir a função social pela melhoria da qualidade da propriedade privada. Depois da reunião e Conferência, Rodrigo questionou se o município possui espaços públicos dentro e perto do mercado. Quem mora no Centro sim, mas quem mora nos bairros não, conforme mencionaram aos moderadores. Uma moderadora mencionou que tudo está concentrado no

Centro e que os bairros até possuem parquinhos, mas o parque não tem o costume de ficar nos bairros. Lembrando, o Município tem parques, porém não são usados muito, pois a maioria tem pelo o centro da cidade. Estão bem localizados, um mercado surgiu que o custo de manutenção de ônibus público poderia ser reduzido e repensado, melhorado. Rodrigo questionou se o Município incentiva políticas para famílias reunidas, sobre a regulamentação fundiária urbana, isso não existe no Município. O Município possui uma boa codificação quanto atualizada. Rodrigo falou sobre a eleição dos delegados. Os representantes do Poder Público, o representante é Virione Nunes, como titular, e como suplente o Sr. Odeir De Marchi. Juliana e Muelo representantes dos profissionais do setor. E são as entidades, ficou Elaine do Conselho Estadual de Educação e a legião do MAB. Ao final do lançamento, Rodrigo destacou quais direitos e obrigações que deve. Que não pode faltar os direitos no 470, reduzindo o custo de transporte no trânsito. Que não pode ser um estudo para retirar o trânsito do centro, formas alternativas, principalmente o transporte pelo centro de ônibus, pedalar. Evandro Lútti, vice-prefeito destacou a importância da metrópole para medicina e metodologia da pesquisa, não podemos mudar fundamentalmente, porém a realidade nos portos de duas do Município, temos que encontrar um meio pelo qual a sociedade participe mais das decisões, na construção das políticas. Também deu seu respaldo a união da legislação, do plano Diretor e do Pni de fomento dos 500, sendo importante realizar as atualizações necessárias. Nada mais havendo a conta as reuniões de acompanhamento e encerrado por todos os presentes.

Kelly De Moraes, Jessica Baldasso, Anderson Dalmato, Elaine Sauerbrink,
 Neide B. Baur, José D. Ferreira, Gueli, Leida F. F. F.,
 C. Soares S. Lopes, Dirlene dos Santos, Estelita,
 J. A. Palma, [illegible], [illegible], [illegible], [illegible],
 [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]